

 [10.58876/rbbd.2024.2011983](https://doi.org/10.58876/rbbd.2024.2011983)

A ação cultural e a apropriação da informação sob a perspectiva da teoria crítica

Cultural action and appropriation of information under the perspective of the critical theory

Júlia Carolina Rodrigues Braga Carneiro

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: juliacrbc@id.uff.br

Rosana Portugal Tavares de Moraes

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: rosanaportugal@id.uff.br

Rosimere Mendes Cabral

Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: rosimerecabral@id.uff.br

RESUMO

O objetivo do artigo é explorar as aproximações da teoria crítica com os conceitos de apropriação da informação e de ação cultural. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo de Bardin e o trabalho consiste numa pesquisa exploratória bibliográfica. O estudo apresenta as diferenças entre a teoria crítica e a teoria tradicional, assinalando sua influência nas Ciências Sociais. Discorre sobre o processo da apropriação da informação e seu papel na criação de novos conhecimentos e na transformação social. Também demonstra a existência de um padrão conceitual nas definições de ação cultural e animação cultural. Como resultado da análise, considera-se que as práticas culturais empreendidas pela biblioteca atendem à sua função social quando se baseiam na teoria crítica e, desse modo, conduzem à apropriação da informação. Nessa perspectiva, para que a biblioteca seja um espaço que propicie o desenvolvimento do senso crítico e a autonomia intelectual de seus usuários, a atuação do(a) bibliotecário(a) deve se basear na teoria crítica.

Palavras-chave: Teoria crítica. Apropriação da informação. Ação cultural.

ABSTRACT

The aim of the article is to explore the approximations of critical theory with the concepts of appropriation of information and cultural action. The methodology used was Bardin's Content Analysis and the work consists of an exploratory bibliographic research. The study presents the differences between the critical theory and the traditional theory, highlighting their influence on the Social Sciences. It discusses the process of appropriation of information and its role in the creation of new knowledge and social transformation. It also demonstrates the existence of a conceptual pattern in the definitions of cultural action and cultural animation. As a result of the analysis, it is considered that the cultural practices undertaken by the library fulfill their social function when based on critical theory and, thus, lead to the appropriation of information. In this perspective, for the library to be a space that fosters the development of critical thinking and intellectual autonomy among its users, the librarian's action must be based on critical theory.

Keywords: Critical theory. Appropriation of information. Cultural action.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar as possibilidades de conexões entre a teoria crítica, a apropriação da informação e a ação cultural contextualizadas nas práticas de promoção de bens e serviços culturais em bibliotecas. O fato 1. de a biblioteca ser considerada um espaço de memória com função social e facilitador do acesso a bens culturais é um princípio norteador para os profissionais da área. No entanto, essa compreensão não é amplamente difundida na sociedade que, muitas vezes, ainda mantém uma mentalidade conservadora do que seria uma biblioteca. Sob essa perspectiva, é desejável que o/a bibliotecário/a protagonize iniciativas em forma de projetos em conformidade com as necessidades da comunidade. Suas ações devem ser pautadas por uma visão abrangente no que concerne às questões mais relevantes aos seus usuários, tanto reais quanto potenciais. 2. O/a bibliotecário/a conhecedor/a de sua comunidade tem condições de analisar os temas que podem ser debatidos e como podem ser trabalhados com auxílio do acervo da instituição e em parceria com a própria comunidade, como, por exemplo, pela realização de rodas de conversa e encontros com autores locais, estimulando o diálogo, os saberes e conhecimentos, a reverberação dos repertórios culturais das pessoas. Neste contexto, é essencial entender de quais formas tais ações podem ocorrer nesse ambiente e quais são seus resultados. Com base nos estudos de alguns teóricos no assunto, observa-se que os projetos culturais são comumente divididos em dois grupos – a animação cultural, voltada para a publicidade e a ação cultural, direcionada para o desenvolvimento da autonomia intelectual – sendo a postura do/a bibliotecário/a um fator relevante nessa situação. A ação cultural pode ser um meio facilitador para a apropriação da informação, algo primordial para que os usuários de fato consigam usar as informações contidas no acervo de forma a gerar novos conhecimentos e conduzir à transformação social. A biblioteca, quando configurada como um espaço seguro para a troca de ideias e opiniões, encaminha ao desenvolvimento do senso crítico e à autonomia intelectual. Desse modo, vê-se que muitos dos termos ligados à biblioteca estão relacionados à teoria crítica.

Assim, o objetivo deste artigo é evidenciar as ligações entre a teoria crítica, a apropriação da informação e a ação cultural. A abordagem conceitual entre estes termos é apresentada e são analisadas as suas interlocuções. Além desses aspectos, discute-se 3. o papel do/a bibliotecário/a como fomentador/a das ações culturais sob a ótica de tais abordagens, levando em consideração seu papel de cocriador, em outras palavras, ao

promover um ambiente que respeita e estimula a diversidade sem invadir culturalmente as pessoas, possibilita a criação em parceria com a comunidade.

A formação do marco conceitual deste trabalho se iniciou a partir de três autores base: Freitag (1994), Freire (2021, 2022) e Flusser (1983). A leitura do artigo “Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a interação dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação” de Bezerra (2020) foi o que levou à percepção de que havia uma ligação entre os três temas da presente pesquisa. Esta é uma pesquisa exploratória cujo estudo segue a metodologia de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e que utilizou como técnica para análise e interpretação dos dados, a Análise de Conteúdo, conforme proposto por Laurence Bardin (2016).

Em busca de melhor entender como estudos anteriores trataram de forma conjunta os tópicos, foram feitas buscas combinadas nas bases de dados SciELO e BRAPCI. Elas combinaram os termos "teoria crítica" AND "ação cultural" e, em um segundo momento, os termos "teoria crítica" AND "apropriação da informação", todos no campo resumo e no marco temporal máximo de cada base. Em todas as buscas, nenhum documento foi recuperado. Tal fato reforça a importância deste estudo como reflexão teórica com desdobramentos para as ações práticas na área de Biblioteconomia. Espera-se contribuir para maior conscientização de bibliotecários/as em sua tarefa de formar leitores críticos e cidadãos conhecedores dos temas políticos e sociais que os cercam.

Para apresentar as ideias problematizadas acima, este estudo trabalha conceitualmente a teoria crítica na próxima seção, na terceira seção a apropriação da informação e, na seguinte, discute a ação cultural. A quinta seção contempla as análises e resultados e, por fim, as considerações finais.

2 TEORIA CRÍTICA

A Escola de Frankfurt surgiu no início do século XX e teve como alguns dos principais nomes Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas. O trabalho dos pensadores frankfurtianos convergia na postura crítica e em pressupostos teóricos. A teoria crítica é um dos grandes marcos dessa escola, influenciando diversas áreas das ciências sociais. Nesse grupo, encontra-se a Ciência da Informação, pois a teoria crítica levou-a a uma concepção mais humana e crítico-reflexiva, firmando seu pertencimento à ciência social (Cavalcante; Bufrem; Côrtes, 2020, p. 53).

O impacto da teoria crítica se dá por ser um pensamento contrastante com as demais teorias sociais vigentes até então. Carnaúba (2010, p. 196-197) explica como o avanço das “ciências naturais” fez com que os mesmos métodos fossem aplicados igualmente em todas as ciências. Não havia uma preocupação com a teoria em si, pois o objetivo era seguir o modelo sem questionar-se. Horkheimer, então, contesta essa forma de fazer ciência, alumia a autora, pois não havia questionamentos sobre a imposição da prática que igualava metodicamente fenômenos sociais e naturais, além de nenhuma crítica ao conceito de teoria até então (Carnaúba, 2010, p. 197).

Segundo Horkheimer, a teoria tradicional e a razão instrumental foram fatores que levaram à perpetuação da submissão dos indivíduos, como elucida Freitag (1994). Em contrapartida, a teoria crítica se estende até o estudo dos limites e dos obstáculos que impedem a realização das potencialidades da realidade, não se restringindo à definição das coisas como são (Bezerra, 2018, p. 182). Mais especificamente, Carnaúba (2010, p. 199) alerta que, enquanto a teoria crítica denuncia a pura descrição da realidade, a teoria tradicional não ressalta a distinção estrutural entre as classes em relação à ciência especializada.

Freitag (1994) explicita as denúncias de Adorno e, principalmente, de Horkheimer frente à técnica positivista e ao caráter alienado da ciência:

Desta forma, a razão, sujeito abstrato da história individual e coletiva do homem em Kant e Hegel, converte-se, na leitura de Horkheimer e Adorno, em uma razão alienada que se desviou do seu objetivo emancipatório original, transformando-se em seu contrário: a razão instrumental, o controle totalitário da natureza e a dominação incondicional dos homens. A essência da dialética do esclarecimento consiste em mostrar como a razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade e emancipação dos homens se atrofiou, resultando na razão instrumental. (Freitag, 1994, p. 35).

Expõe-se, então, como a teoria crítica dissona das teorias sociais anteriores. A razão, fundamental para o desenvolvimento da ciência, como se apresentava já não era mais condizente com as necessidades da sociedade. Assim, para Horkheimer, a perpetuação da submissão dos indivíduos seria condicionada pela “teoria tradicional” e pela razão instrumental (Freitag, 1994). De forma similar, Bezerra (2018, p. 182) reforça:

A teoria crítica, por sua vez, não se contenta em mostrar como as coisas são; quer, também, imaginar como as coisas deveriam ser. E se as coisas

são como são e não como deveriam ser, a teoria crítica deve ser capaz de apontar os limites e os obstáculos que impedem a realização das potencialidades da realidade.

Logo, o autor põe em evidência a característica principal da teoria: a possibilidade de estender a análise do objeto de estudo para além da mera definição, indo até o porquê de ser e o como deveria ser. Seguindo o mesmo raciocínio, Freitag (1994, p. 39) diz que a teoria crítica não se fixa em analisar uma realidade dada aos conceitos preestabelecidos, ela enfatiza a importância de analisar criticamente o objeto. Nessa perspectiva, não há verdade imutável, pois a formulação de teses contrárias pode levar a uma compreensão crítica da realidade. Logo, a teoria crítica consiste no aprendizado da realidade enquanto contradição e na percepção de que o modo de economia vigente é produto da ação humana (não algo natural) e, por conseguinte, pode se reorientar para a emancipação (Carnaúba, 2010, p. 199).

Corroborando com esse posicionamento, a autora delinea melhor as diferenças entre a “teoria tradicional” e a “teoria crítica”. Freitag (1994, p. 41) argumenta que o trabalho teórico da teoria tradicional se baseia no respeito às regras gerais da lógica formal, ao princípio da identidade e não-contradição e ao procedimento dedutivo e indutivo. Assim, há uma maior limitação do trabalho no campo teórico. A teoria crítica vai de encontro a esse posicionamento pois se mantém fiel à liberdade da humanidade do juízo da repressão, da ignorância e da inconsciência (Freitag, 1994, p. 41). A autora explica que esse juízo está atrelado ao ideal iluminista de usar a razão para buscar a autonomia e a autodeterminação da humanidade.

Outro divisor das teorias apresentado pela estudiosa é o objeto de estudo de cada uma. Para a teoria crítica, há uma relação orgânica entre sujeito e objeto – entende-se aqui o sujeito como sendo condicionado e moldado pelo processo histórico – e, pela tradicional, o objeto é externo ao sujeito (Freitag, 1994, p. 41-42). Um último diferencial, este proposto por Carnaúba (2010, p. 201), é que a teoria tradicional se mantém no entendimento da realidade como algo separado ao observador e que há uma cisão profunda entre “saber” e “agir”. A teoria crítica de Horkheimer entende que, embora diversos, “saber” e “agir” podem estar juntos, pois a atitude crítica se baseia no conhecimento, mas também na realidade social enquanto um produto das ações capitalistas dos homens (Carnaúba, 2010, p. 201). Afinal, para a autora, o comportamento crítico se dá visando a emancipação.

Com base nos aspectos supracitados, fica evidente a diferença entre as teorias. A tradicional e, logicamente, seu teórico se conformam com a neutralidade e o imobilismo, como um observador. Como oposição, o teórico crítico tem uma atuação, segundo Freitag (1994, p. 42), interventora visando a emancipação das pessoas e uma ordem social justa. Pode-se dizer que a teoria crítica busca a compreensão crítica da realidade de modo a transformá-la, o que só é possível quando há apropriação da informação e criação de novos conhecimentos.

3 APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Segundo Borges (2018, p. 75), a apropriação da informação se refere ao processo de interação entre texto e leitor dentro de um contexto social. A diversidade de contextos sociais existentes proporciona ao texto uma variada gama de significados. Isso ocorre pois é a partir da interpretação que o texto passa a ter sentido e, como os leitores são múltiplos, cada um terá uma percepção própria da obra. Para Borges (2018, p. 72), “[...] o processo de apropriação da informação acontece em diferentes contextos, por meio de diferentes mediações realizadas de duas formas: entre os homens e o mundo; entre os homens no mundo”, ou seja, não é algo que possa ser controlado no sentido de saber especificamente quais serão os resultados. A apropriação é complexa e envolve a subjetividade dos sujeitos. Nota-se uma relação entre texto, contexto e leitor (Borges, 2018, p. 75), uma simbiose em que um transforma o outro. Já é possível constatar, então, que a apropriação da informação é um processo subjetivo cujo caminho varia para cada pessoa e que está em constante transformação, acompanhando as novas experiências, interpretações e conhecimentos dos sujeitos. Borges (2018, p. 77) explica que a compreensão da dimensão histórica de um texto somente é possível porque o sujeito também é histórico, sendo necessário um posicionamento dialógico com diversas e diferentes realidades que se desenrolam ao longo da sua vida. Contudo, para que se compreenda e construa novas informações, os sujeitos envolvidos no processo de construção de significados devem passar por uma tomada de consciência.

Trata-se do autoconhecimento necessário para que o sujeito possa compreender sua realidade enquanto ser histórico, pois é desse modo que ele irá comparar e dialogar com as demais realidades. Tal processo leva à criação de novas informações, viabilizando novas formas de pensar e reduzindo a circulação de ideias dominantes (Borges, 2018, p. 87). É a partir dessa situação-chave que a apropriação possibilita a transformação não só

do mundo interior do sujeito como também de uma mudança ativa dele perante a sociedade, transformando-a pouco a pouco.

Freire (2022, p. 55-62) discorre sobre o papel do trabalhador social nesse processo de mudança partindo da premissa da ausência de neutralidade. O autor defende que

Esta mudança de percepção, que se dá na problematização de uma realidade conflitiva, implica um novo enfrentamento dos indivíduos com sua realidade. Implica uma 'apropriação' do contexto, numa inserção nele, num já não ficar 'aderido' a ele; num já não estar quase sob o tempo, mas nele. (Freire, 2022, p. 60)

Assim, a apresentação de novas ideias e de questionamentos cria um terreno favorável para que os sujeitos tenham autonomia para analisar e contestar a realidade na qual são historicamente mantidos. Ele deixa de meramente existir num contexto para apropriar-se dele – quer dizer, ele passa a utilizar as informações disponíveis (seja em suportes tradicionais seja nas convivências, experiências e obras artísticas e históricas) e se vê como parte de sua comunidade. Desse modo, compreendendo o tempo em que vive ao invés de sentir-se alheio a ele.

Há, no entanto, uma dinâmica entre se afastar da própria realidade para objetivá-la a fim de entendê-la melhor e reaproximar-se, subjetivando as informações disponíveis para criar conhecimentos. Sobre esse processo, Freire (2022, p. 107) discorre que:

Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo. Sem essa objetivação, mediante a qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmo nem do mundo.

Pode-se inferir que o autoconhecimento é o ponto inicial para a compreensão do contexto social. No entanto, a consciência de si próprio parte das experiências e das trocas, em suma da constante comunicação. A relação com o outro faz com que o sujeito tome perspectiva do mundo, pois as relações exprimem as dinâmicas da sociedade. Os passos para a apropriação seriam, então, a objetivação (para análise) e a subjetivação (para criação). Para Batista (2018, p. 217), “[...] para que haja a objetivação da cultura, o homem necessita da intermediação de outros homens - ou seja, necessita da mediação”, esta é a

forma pela qual os profissionais da informação conseguem tornar acessível o conteúdo de uma obra.

A mediação da cultura é considerada fundamental para a Biblioteconomia, visto que promove a aproximação entre pessoas ou “coletividades e obras de cultura e arte”, cujo objetivo visa facilitar “a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual”, propiciando o desenvolvimento e a “formação de públicos para a cultura”, assim como a iniciação de sujeitos e “coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural” (Coelho Netto, 1997, p. 247).

A construção de sentido proposta por Batista (2018) é um conceito de apropriação formado pela composição triangular da mediação, do sujeito e do objeto. Esse seria um “[...] processo de apropriação, que proporciona ao sujeito a produção de si, a interpretação de si e a expressão de si” (Batista, 2018, p. 229), ou seja, a existência do sujeito se daria a partir de suas experiências de troca no mundo.

Em uma analogia com os ensinamentos de Paulo Freire, poderíamos aproximar suas ideias sobre a prática de professores e professoras com a prática bibliotecária ao trazer tais experiências

[...] histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres [que] jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção (Freire, 2021, p. 40).

O grande mestre Paulo Freire (2021, p. 40) reforça que para construirmos uma sociedade menos desigual, “menos feia e menos arestosa” é necessário “solidariedade social e política” baseada na “formação democrática”, sendo “a aprendizagem da assunção do sujeito [...] incompatível com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado”. A atuação de pessoas bibliotecárias conscientes de sua função social e política possibilita a formação crítica de sujeitos ativos no processo de criação de conhecimentos, respeitando suas experiências de troca no mundo sejam elas históricas, políticas, culturais e sociais, em consonância com a formação democrática ensinada pelo mestre.

De forma similar aos conceitos anteriormente apresentados, Gomes (2014, p. 156) defende o contato com o mundo como a forma do sujeito construir e reconstruir sua compreensão sobre si, sobre os outros e sobre seu meio, pois a formação de sentido resulta das experiências e saberes de cada um. A autora fundamenta que a

centralidade nas interações sociais e mediações simbólicas da mediação da informação resulta em uma ação inerente a todo fazer do/a profissional da informação (Gomes, 2014, p. 161). Para Gomes, isso reflete na importância dada à responsabilidade social do agente e ao espaço de construção de sentidos do ambiente da biblioteca. Rasteli e Cavalcante (2014, p. 47), na mesma lógica, apresentam a seguinte explicação:

O processo de mediação pressupõe relações de construção de sentidos quando a informação é transformada em conhecimento e o produto em bem cultural. Tais ações de mediação são necessárias no contexto dos equipamentos culturais como as bibliotecas, para que a informação possa ser preservada e circule socialmente, adquirindo sentido social. Assim, o sujeito não é apenas um mero decodificador dos conteúdos das obras mediadas pelo mediador, mas também produtor de significados.

O trecho se refere à necessidade de mediação para tornar o acervo de instituições culturais mais acessível, facilitando a apropriação da informação. Argumenta-se que as ações de mediação sejam postas em prática com o foco na produção de novos conhecimentos por parte dos sujeitos, pois só a decodificação dos conteúdos não atende aos propósitos dessas instituições. É essencial atentar-se às necessidades do sujeito e desenvolver projetos oportunos, uma vez que as informações apresentadas poderão suscitar transformação social.

4 AÇÃO CULTURAL

A ação cultural é uma prática que visa o acesso e o uso dos bens culturais. Geralmente é utilizada pelas bibliotecas para se aproximar da comunidade e apresentar obras de interesse. Há, no entanto, diferentes formas de desenvolver essas ações que divergem pela maneira com a qual o/a profissional interpreta e trabalha a cultura. Para explorá-las, serão utilizados o pensamento de Flusser (1983), Coelho Netto (1997), Williams (2015) e Santos (2015).

A cultura para Williams (2005) é algo comum a todas as pessoas e este é um fator primordial. Essa premissa comprova que todas as pessoas são sujeitos culturais, portanto não existe pessoa sem cultura, muito menos povos “dotados” de cultura superior, tal concepção foi suplantada após a Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, segundo Williams (2015, p. 5) a “formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções [...]”. A palavra cultura para Williams

(2015, p. 5) tem dois sentidos: “para designar todo um modo de vida - os significados comuns -; e para designar as artes e o aprendizado - os processos especiais de descoberta e esforço criativo”. Tais concepções coadunam com as ideias de Flusser ao aludir que as ações culturais propiciam mediação e criação de acervo num dado contexto, e neste processo os sujeitos são ativos com seus próprios repertórios culturais.

Partindo da análise de cultura, Flusser (1983, p. 148) trabalha com duas visões. A primeira se atrela à concepção de cultura acervo – conjunto de objetos ou de “matéria que adquire forma pelo trabalho humano” (Flusser, 1983, p. 148). A segunda se refere à ideia de contexto, em que a cultura seria entendida como uma representação e seriam levados em consideração os objetos, as ideias e o agir. Para uma melhor diferenciação das duas, a cultura acervo pode ser dada como mais “impessoal”, pois considera o objeto pelo objeto, e a cultura contexto é entendida como o cenário ou conjuntura que possibilitou o surgimento de uma expressão cultural ou obra artística.

Partindo das definições anteriores, tem-se duas formas principais de trabalhar a herança cultural. A primeira, baseada na acumulação de “todas as riquezas criadas pelo homem” (Flusser, 1983, p. 148), é uma visão mais material da cultura. Nesse sentido, a herança cultural seria imutável, quando herdada de forma passiva, um bem em si, geralmente associada à cultura erudita e que não busca o questionamento dos valores representados. A ideia de contexto, por sua vez, valoriza “as tradições e experiências de lutas políticas e sociais, transmitidas por aqueles que nos precederam” (Flusser, 1983, p. 148). A herança cultural seria, assim, um conjunto de memórias de pessoas de diferentes classes, países e períodos históricos, tendo como problemática sua análise crítica.

Com base nesse posicionamento, o autor se sustenta na noção de “cultura libertadora”. Esta busca afasta-se das amarras comerciais e ideológicas impostas pelas culturas dominantes em direção à emancipação:

Uma cultura libertadora não consideraria as necessidades culturais como um pretexto para alimentar um sistema comercial e ideológico, mas engajaria, em primeiro lugar, num processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades – decorrente de sua cultura contexto – para num segundo tempo, lhe dar as possibilidades de satisfazê-las (Flusser, 1983, p. 153).

O trecho indica que a ação cultural, quando desenvolvida sob a ótica da cultura contexto e da cultura libertadora, leva à compreensão da realidade de forma mais subjetiva e crítica, entendendo seu lugar no mundo e o porquê das coisas serem como são.

Assim, essa é uma prática que visa não só o mero acesso a uma obra, mas a reflexão sobre a realidade pelas informações contidas nessa obra e a autonomia intelectual dos sujeitos. Inclusive, Flusser (1983, p. 151) argumenta que “[...] a prática de ação cultural, a animação, é a prática política de uma profissão”. A ação cultural se daria, logo, quando o/a bibliotecário/a trabalhasse fazendo uso da análise crítica e do pensamento político em sua prática.

Ainda em Flusser (1983), destaca-se a animação cultural que tem as formulações cultural e literária emergentes como objetivo (aqui ação cultural e animação cultural são termos sinônimos). Para este autor, “o desenvolvimento de uma criatividade própria, a descoberta de suas potencialidades da imaginação” (Flusser, 1983, p. 156) está atrelado à invenção do próprio código cultural e a formulação estaria no universo da percepção, da decodificação e da realização técnica de uma ideia. A articulação da invenção e da formulação seria a criação, “pois somente a criação [...] faz com que o indivíduo supere suas limitações exteriores e trace o caminho da transformação, da verdadeira revolução” (Flusser, 1983, p. 157).

O segundo pesquisador a ser trabalhado será Coelho Netto (1997). Ele define que a cultura e suas atividades “se abrem para uma rede de significações ou linguagem incluindo tanto a cultura popular (carnaval) como a publicidade, a moda, o comportamento (ou a atitude), a festa, o consumo, o estar-junto, etc” (Coelho Netto, 1997, p. 103), integrando de forma total o modo de vida de uma comunidade. Coelho Netto (1997) apresenta dois tipos de ação cultural: a ação cultural de serviços e a ação cultural de criação. A primeira tem a finalidade de publicizar uma produção artística ou atrair novos públicos. Quanto a segunda, também chamada ação cultural propriamente dita, Coelho Netto (1997, p. 32) discorre que ela se propõe “a fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo”. Para ratificar a distinção, o autor enfatiza sobre quais seriam seus objetivos. Em suas palavras:

Essa ação cultural não tem por objetivo - e nisto se distingue essencialmente da animação cultural ou da ação cultural de serviços - reforçar nas pessoas a atitude de consumidores à qual são acostumadas pelo sistema econômico predominante; pelo contrário, sua proposta consiste em eliminar ou diminuir a tentação à inércia e à passividade que indistintamente afeta a ampla maioria nos tempos da comunicação de massa. (Coelho Netto, 1997, p. 33)

O excerto coloca em destaque que a ação cultural propriamente dita está muito mais próxima da função social de uma instituição cultural, sendo uma ferramenta para trabalhá-la. Observa-se, também, que Coelho Netto (1997) a coloca como uma forma alternativa ao acesso a produções culturais oferecidas pelos meios de comunicação de massa.

Um último ponto levantado por Coelho Netto (1997) se refere, em específico, ao que tange a autonomia intelectual lapidada na ação cultural. Segundo o autor:

A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento e seu espaço próprios, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade (o que pode também ser objeto da ação cultural propriamente dita, ou ação cultural), não lhe bastando, porém, desenvolver entre as pessoas um tipo de relacionamento qualquer, uma forma de aproximação qualquer, nem se contentando com oferecer-lhe apenas a fruição de um momento de lazer; será necessário que dessa ação resulte um benefício claramente caracterizado como social. (Coelho Netto, 1997, p. 33)

Assim, fica ainda mais evidente que o objetivo dessa ação cultural é o desenvolvimento da reflexão crítica dos sujeitos para que haja um benefício social. Esse tipo de projeto se mostra completamente voltado para a análise crítica e para a autonomia intelectual, pois é almejado que essas reflexões, sejam sobre a própria realidade ou algum outro contexto, gerem transformação social.

Para finalizar, Santos (2015, p. 176), quanto à cultura, corrobora com a visão histórica com base no seguinte posicionamento:

A cultura é também um mecanismo cumulativo, na medida em que são incluídas as modificações trazidas por uma geração e em que são passadas à geração seguinte, de modo que a cultura se transforma, perdendo e incorporando aspectos mais adequados à sobrevivência e reduzindo o esforço das novas gerações.

O autor defende que a cultura está sempre se modificando por meio da subjetividade de todos aqueles que com ela têm contato e transmitem-na. Desse modo, uma obra cultural sempre reflete o seu contexto de criação mesmo que sob a ótica de seu autor. Afinal, todos são influenciados pelos mesmos eventos históricos, mas cada um subjetiva-os de uma forma, havendo variadas percepções devido a diferentes experiências.

Desse modo, Santos (2015, p. 173) define ação cultural como um processo que envolve “[...] a criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas

inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos da cultura e não seus objetos”. Ao ter contato com uma cultura, para que ela seja modificada com novas interpretações e criações, é necessário que o sujeito dela se aproprie. Quando este autor sinaliza sobre ser sujeito da cultura e não seu objeto, ele fala a respeito da autonomia intelectual e reflexão crítica frente às informações apresentadas pelos bens culturais, afastando-se da passividade e do imobilismo.

Seguindo um mesmo padrão, Santos (2015) sustenta que a animação cultural se aproxima do marketing, tanto para “desencalhar” livros quanto para dar uma nova percepção sobre a biblioteca. Já a ação cultural, mesmo que inclua a animação, não se limita a ela. Santos (2015, p. 179) explicita que

[...] a ação cultural não se limita a mostrar os bens culturais, ela possibilita a participação das pessoas na produção destes bens, facilitando a aglomeração de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços e equipamentos da biblioteca. Assim, o que ela faz é tentar criar oportunidades para que o mero usuário, o espectador, possa também elaborar sua produção.

Novamente, o foco da ação cultural está no sujeito. Ele, por meio da tomada de consciência, da reflexão, da apropriação e da emancipação, adquire uma postura ativa a novos conhecimentos. Para que a ação cultural seja efetiva e contínua, é essencial que o público participe ativamente do processo de planejamento e elaboração da mesma e não seja mero espectador, gerando assim a criação de novos conhecimentos e itens que poderão compor o acervo da biblioteca. Através do diálogo e troca permanente entre bibliotecário/a e público, emergem ideias para a elaboração das ações culturais que vão variar de acordo com o perfil da comunidade atendida. Podemos citar alguns exemplos, a saber: em sessões de cinema com debates pode-se propor que o público crie desenhos, textos, pinturas, vídeos, ou qualquer outra forma de expressão artística/cultural a partir do filme escolhido, essa produção pode ser exposta na biblioteca e se tornar parte do acervo. Uma roda de conversa sobre temas que atravessam a vida cotidiana da comunidade, tais como preconceito, racismo, identidade, desemprego, saúde mental, etc., pode suscitar a criação de cartilhas, vídeos, músicas, desenhos coletados, transformando-se em exposição. Reunir as pessoas com mais idade para contarem suas memórias e histórias às crianças e jovens, proporcionando a transmissão de seus saberes através da oralidade, criando assim vínculos afetivos, ressaltando a importância da ancestralidade e da vida em comunidade através das gerações. São inúmeras as possibilidades e o

conhecimento do público é primordial, reitera-se que a ação cultural sob a concepção aqui defendida deve ser contínua e realizada com o público e não para o público, mantendo assim o sujeito como ativo no processo.

Após a apresentação das interpretações de cultura e das definições de ação cultural propostas pelos três autores, resta discorrer acerca da atuação do responsável por colocar em prática esses projetos: no caso, o/a bibliotecário/a.

A primeira coisa a ser levada em consideração é que o profissional da informação, como qualquer outro, está imerso em seu contexto e faz parte da comunidade. Sanches e Rio (2010, p. 104) explicam que o/a bibliotecário/a deve reconhecer a sua identidade para que possa participar do processo de construção do conhecimento político e histórico da comunidade. Nesse sentido, sua expertise associada à organização das informações culturais é um fator facilitador na apresentação e discussão delas pelos usuários (Santos, 2015, p. 182).

Por fim, Rasteli e Cavalcante (2014), defendem que, para atender às necessidades informacionais, é fundamental ter a capacidade de identificá-las, escolher os materiais e analisar o conteúdo de modo a adquirir competência informacional e, assim, independência intelectual.

5 ANÁLISES E RESULTADOS

A base conceitual apresentada nas seções anteriores ofereceu fundamentos para analisar e identificar os pontos de contato entre os conceitos. Foi visto que a teoria crítica está relacionada à reflexão crítica, à emancipação intelectual e à transformação social. Entende-se que o sujeito é histórico e que a realidade é produto da ação humana, sendo possível transformá-la em prol de uma sociedade mais justa. Além disso, mostrou-se que ela está atrelada ao questionamento do motivo das coisas serem como são, sem limitar-se a definições e respostas rígidas. A apropriação da informação, apresentada na seção seguinte, é um processo contínuo que transita entre a objetivação e a subjetivação e que ocorre a partir da comunicação e do conflito de ideias. O ponto de encontro entre esses dois tópicos reside no fato de que o anseio da teoria crítica só pode ser realizado quando há apropriação da informação. Em outras palavras, a criação de novos conhecimentos à luz da crítica se dá pelo acesso a novas informações, sendo estas interpretadas pelos sujeitos com base nas próprias vivências e realidade. É pela comparação da informação e

do contexto, pelo conflito das ideias que o sujeito pode chegar a novas conclusões de forma autônoma.

Em seguida, é a vez de analisar as aproximações da teoria crítica e da ação cultural. Para isso, serão postas em evidência as diferenças entre a teoria tradicional e a teoria crítica e aquelas entre as definições de ação cultural, revelando um padrão. Enquanto a teoria crítica está para a razão crítica, o caráter emancipatório, o conhecimento reflexivo e a relação orgânica entre sujeito e objeto, a teoria tradicional está para a razão instrumental, o caráter alienado, o conhecimento técnico e a exterioridade do objeto perante o sujeito. Quando posto dessa forma, observa-se que há uma notória dualidade entre as duas teorias e, ao levar em conta a influência nas demais ciências, é esperado que ela reflita em outros assuntos.

No pensamento de Flusser (1983), pode-se trabalhar a herança cultural de duas formas: acervo e contexto. A primeira está relacionada ao conjunto de objetos, ao patrimônio imutável, à assimilação sem o questionamento de valores e à objetividade. Isso faz com que haja uma maior separação entre o sujeito e o objeto e com que os projetos culturais de acervo proponham uma postura mais passiva para o usuário. A ação cultural de contexto vê a herança cultural sendo composta pelos objetos, pelas ideias e pelo agir; formada pela memória subjetiva e que desenvolve a análise crítica. Ou seja, essa é uma prática que trabalha os bens culturais como produto do contexto, carregando as marcas de sua época.

Em seguida, Coelho Netto (1997) apresenta dois tipos: a ação cultural de criação e a ação cultural de serviço. A diferença básica entre elas é que a primeira evita ao máximo que o usuário tenha uma postura passiva durante a prática, fator que não é muito relevante para a segunda. De modo geral, a ação cultural de criação funciona como uma ponte entre a pessoa e a obra, permite a participação no universo cultural, elimina ou diminui a tentação à inércia e à passividade e propõe reflexão crítica e transformação social. A ação cultural de serviço, por sua vez, está muito voltada para a publicidade, o lazer e a manutenção de uma postura consumidora.

Por último, Santos (2015) mostra a distinção entre ação cultural e animação cultural de forma complementar à proposta anterior. O autor coloca a animação cultural muito mais próxima do marketing e da busca de melhorar a imagem da biblioteca enquanto a ação cultural gera a oportunidade do usuário participar da criação de bens

culturais, como sujeito ativo em parceria com a pessoa bibliotecária, num processo de cocriação.

Após a especificação das características dos tipos propostos pelos três autores, fica evidente que há um modelo de ação cultural que se aproxima da teoria crítica. Este está voltado para a reflexão crítica dos bens culturais apresentados por meio da análise, não só deles propriamente ditos mas também de seu contexto de criação e de diálogo com a realidade e as experiências dos usuários, sejam elas históricas, culturais, políticas e sociais (seus repertórios culturais, contextos sociais e “saberes socialmente construídos na prática comunitária”) (Freire, 2021, p. 29). Além da busca pela criação, pela autonomia intelectual e pela transformação social; os três tipos de ação cultural libertadora têm seus pontos centrais na apropriação da informação e o protagonismo do usuário contra a passividade e a assimilação sem questionamentos. Por isso é inegável a importância de que o/a bibliotecário/a tenha consciência de como cada tipo de projeto pode impactar nos resultados alcançados.

A última análise a ser feita é entre a ação cultural e a apropriação da informação. Partindo do que ficou definido como ação cultural libertadora, uma prática que valoriza o protagonismo do usuário e que instiga o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, logo vê-se que ela é a atividade que leva à apropriação da informação. A prática desse tipo de projeto resulta em um ambiente acolhedor para opiniões divergentes, que possibilitam a criação de novos pensamentos e bens culturais. Assim, a ação cultural sem a apropriação da informação é só animação cultural. As explicações anteriores mostraram que a biblioteca, como instituição sociocultural, não é neutra. A mediação acontece por processos comunicativos e é reflexo de um conjunto de crenças e pontos de vista intencionais, logo a neutralidade não existe.

5.1 O/a bibliotecário/a como elo entre teoria crítica, da apropriação da informação e da ação cultural

Portanto, o que faz a teoria crítica, a apropriação da informação e a ação cultural se conectarem é a atuação do/a profissional da informação. É o/a bibliotecário/a que decide qual tipo de projeto cultural será elaborado (em conjunto com usuários/as), posicionando sua atuação em proximidade ou em distanciamento da teoria crítica. A posse de um bem cultural no acervo não é suficiente para que todos da comunidade tenham acesso a ele, sendo por vezes necessária a mediação. É aí que se realiza a função

social da instituição, pois a mediação leva à apropriação e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do senso crítico e à maior possibilidade de transformação social.

Torna-se imprescindível que o/a bibliotecário/a também conheça o contexto social no qual a unidade está inserida. Gomes (2014, p. 157) explica que “compreender a vida que se manifesta e é produzida pelo próprio ambiente ao longo de sua história, significa a possibilidade de compreensão dos paradigmas sob os quais a sua existência social vem se dando”. Quando o profissional não tem esse interesse, a biblioteca passa a funcionar cada vez mais numa lógica de mercado em que os indicativos importantes são os quantificáveis: quantas pessoas visitaram a unidade e quantos novos cadastros e empréstimos foram feitos. Nessa situação, a animação cultural atrelada ao marketing passa a ser um tipo de projeto mais útil, porém não é suficiente para plenamente atender à função social da biblioteca. Assim, constata-se um paradigma na atuação do/a profissional: se o/a bibliotecário/a baseia sua atuação na teoria crítica, está mais propenso/a a atuar de acordo com as responsabilidades atribuídas ao papel social da biblioteca.

Lankes (2014), no artigo *Libraries are Obsolete*, defende que a biblioteca não deve se ater a armazenar livros e documentos governamentais, mas a ser um espaço de inovação e empoderamento que dá voz à comunidade. O autor argumenta que “as bibliotecas devem se tornar verdadeiras plataformas da comunidade” (Lankes, 2014, p. 17, tradução nossa) focando muito mais nas potencialidades dessa instituição enquanto um ambiente aberto para trocas, encontros e debates. Ao invés de utilizar os restritos recursos para formar coleções para a comunidade, numa posição de quem sabe o que essas pessoas precisam ou deveriam saber (Lankes, 2014, p. 16-17).

Essa interação entre o/a bibliotecário/a e a comunidade usuária resulta na integração de ideias e recursos que promove a cocriação de valor¹ pela experiência e envolvimento cognitivo e emocional no uso dos serviços oferecidos pela biblioteca. Sob

¹ A cocriação de valor é um conceito da área de gestão, mais especificamente de marketing. Consiste na interação que acontece entre a organização e o consumidor, este último com papel ativo e dinâmico, como participante na criação de valor com ênfase no serviço, nos elementos intangíveis, e não mais no produto como algo concreto.

Vargo e Lush (2006) apresentam esse conceito com o entendimento que nenhum produto ou bem é desenvolvido apenas pelo fabricante, e sim pelo processo de cocriação com o cliente consumidor, resultado da interação e experiência com foco no serviço. Nesse modelo, o serviço é entendido como a aplicação de habilidades e conhecimentos especializados que geram valor.

Para aplicação do conceito no contexto dos serviços de biblioteca, consulte Carvalho, Menezes e Dominguez (2012).

essa perspectiva, as ações empreendidas possuem maiores chances de acontecerem em conformidade com o contexto sociocultural da comunidade usuária, elevando os índices de aproveitamento e satisfação. A compreensão, por parte do/a bibliotecário/a, de que serviços podem ser desenvolvidos em um processo de cocriação deve ser o de "[...] perceber como se desenvolve este processo e construir ações que sustentem este processo de aprendizagem experiencial, mediante formas específicas de comunicação para que o utilizador/consumidor oriente as suas propostas" (Carvalho; Menezes; Dominguez, 2012, p. 10). Sendo assim, estimula o processo de cocriação, pois ele/a não é somente um tradutor ou entregador de informações, existe uma troca, uma retroalimentação constante entre as duas partes do diálogo, que possibilita a criação conjunta de novos conhecimentos.

Tudo isso só é possível por causa da interação entre o/a bibliotecário/a e o/a usuário/a. A comunicação e a criação de um espaço seguro de troca são fundamentais para um melhor entendimento do contexto cultural a ser estudado na ação cultural. Ao mesmo tempo em que a realidade é fruto da ação humana, os sujeitos também são históricos e continuamente alteram o contexto e por ele são alterados. A troca de informação, responsável por iniciar esse processo, sempre se dá a partir de uma perspectiva, de uma ideologia.

Desse modo, a neutralidade não integra o fazer bibliotecário, pois toda frase proferida pelo mediador reflete, de forma mais ou menos explícita, sua opinião. Afinal, toda palavra tem uma carga semântica e uma suposta neutralidade só existe quando as ideias apresentadas são compatíveis com as dominantes. Por esse ângulo, é inegável que a teoria crítica seja fundamental para guiar a atuação do/a profissional em busca do uso do espaço da biblioteca em toda sua potencialidade sem se restringir ao depósito de itens e exibição de acervo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar as conexões entre conceitos caros ao trabalho desenvolvido na promoção de bens culturais em bibliotecas. As ações desenvolvidas por profissionais interessados em conduzir debates e reflexões entre seus usuários são valiosas e carecem de discussões teóricas que fundamentem esses fazeres. A estratégia de busca realizada nas bases de dados comprova essa afirmação. As discussões apresentadas fizeram surgir outras questões que poderão ser abordadas futuramente, como a análise

das atividades culturais de bibliotecas específicas sob as perspectivas aqui apresentadas para melhor entendê-las na prática.

Para finalizar, diante do cenário em que as pessoas mais e mais se apoiam nas novas tecnologias e na inteligência artificial para ter acesso à informação, reafirma-se a importância do papel do/a bibliotecário/a condizente à responsabilidade social da instituição para que sempre haja um espaço público com práticas voltadas para a ação cultural e para o desenvolvimento do senso crítico e da autonomia intelectual. Assim, possibilitando a liberdade de pensamento e a transformação social.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Kelly Rita de; OGÉCIME, Mardochée. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. 1-17, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8654473/21896>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATISTA, Carmem Lúcia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 24, n. 2, p. 210-234, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89067>. Acesso em: 04 set. 2022.
- BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a interação dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, 3, p. 182-201, set./2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146801>. Acesso em: 13 maio 2022.
- BORGES, Ellen Vallota Elias. **Apropriação da informação: os elementos, o processo e a materialização da informação**. 2018, 256 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília - 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180438>. Acesso em: 15 maio 2022.
- CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. **KÍNESIS: Revista de estudos dos pós-graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 3, p. 195-204, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4345>. Acesso em: 17 maio 2023.
- CARVALHO, Maria Margarida Melo de; MENEZES, João Rosmaninho de; DOMINGUES, Caroline. A co-criação de valor nos serviços bibliotecários: uma abordagem conceptual em construção. In: JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE GESTÃO CIENTÍFICA, 22., 2012, Villa Real. **Anais [...]**. Villa Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2012. p. 1-15. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269334857_A_co-

[criacao de valor nos servicos bibliotecarios uma abordagem conceptual em construcao](#)

Acesso em: 10 jan. 2023.

CASTRO, Jetur Lima da; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação, teoria crítica e conflitualidade: a dimensão intersubjetiva do reconhecimento como ação coletiva emancipatória. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 1–25, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1803>. Acesso em: 13 maio 2023.

CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa; BUFREM, Leilah Santiago; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A Escola de Frankfurt e a Ciência da Informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 2, p. 40–60, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136713>. Acesso em: 18 out. 2022.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. A informação como potencializadora da autonomia e da integração social. **Transinformação**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6037>. Acesso em: 22 set. 2022.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71176>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FREITAG, Barbara. **Teoria crítica: ontem e hoje**. 5. ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. Especial, p. 151-163, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198906>. Acesso em: 04 nov. 2022.

LANKES, R. Libraries are Obsolete. **OLA Quartely**, v. 18, n. 2, p. 12-17, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/48858568>. Acesso em: 26 dez. 2023.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lígia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14730602004.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SANCHES, Gisele Aparecida Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da Informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425>. Acesso em: 09 mar. 2021.

VARGO, Stephen. L.; LUSCH, Robert F. Service-dominant logic: what it is, what it is not, what it might be. *In*: LUSCH, Robert F.; VARGO, Stephen. L. (ed.) **The Service-Dominant Logic of Marketing: Dialog, Debate and Directions**. London: Routledge, 2006. p. 43–56. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313444363_Service-dominant_logic_What_it_is_What_it_is_not_What_it_might_be_The_service_dominant_logic_of_marketing_Dialog_debate_and_directions. Acesso em: 10 jan. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

Recebido em: 14 de agosto de 2023
Aprovado em: 25 de janeiro de 2024
Publicado em: 09 de março de 2024